

RUA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Lei nº 2139 de 09-09-1959



- 215 — TAQUARITUBA, a Rua 34 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 22 e termina na Rua 28.
- 216 — SERRA AZUL, a Rua 35 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 22 e termina na Rua 28.
- 217 — TAPIRATIBA, a via pública que abrange a Rua 37 do Parque da Figueira e Rua 33 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 25 deste último arruamento e terminando na Rua 27 do primeiro arruamento.
- 218 — SOROCABA, a Rua 24 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua República Dominicana e termina na Rua 35.
- 219 — TABATINGA — a Rua 23 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua República Dominicana e termina na Rua 58 do mesmo arruamento.
- 220 — TREMENBE, a Rua 2 do Parque da Figueira que tem início na Rua 26 e termina na Avenida Marginal à Anhanguera.
- 221 — TORRINHA, a Rua 3 do Parque da Figueira que tem início na Rua 28 e termina na Avenida Marginal à Anhanguera.
- 222 — SILVEIRAS, a Rua 4 do Parque da Figueira que tem início na Rua 26 e termina na Rua 24.
- 223 — SARAPUI, a Rua 5 do Parque da Figueira que tem início na Rua 26 e termina na Rua 25.
- 224 — VALPARAIBA, a Rua 6 do Parque da Figueira que tem início na Rua 26 e termina na Avenida Marginal à Anhanguera.
- 225 — VALPARAISO, a Rua 7 do Parque da Figueira tem início na Rua 26 e termina na Rua 24.
- 226 — VARGEM GRANDE DO SUL, a via pública que abrange a Rua 43 do Jardim Nova Europa continuação e Rua 8 do Parque da Figueira e que tem início na Rua 25 do primeiro arruamento e termina na Rua 24 do segundo.
- 227 — VOIUPORANGA, a Rua 9 do Parque da Figueira que tem início na Rua 26 e termina na Avenida 11.
- 228 — SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, a via pública que abrange a Rua 10 do Parque da Figueira e 47 do Jardim Nova Europa continuação e começa na Avenida 6 do último loteamento e termina na Rua 25 do primeiro.
- 229 — SANTA BARBARA DO RIO PARDO, a via pública que abrange a Avenida 11 do Parque da Figueira, e Avenida 4 do Jardim Nova Europa continuação e que tem início na Avenida Marginal à Anhanguera.
- 229 — NAVANTES, a Rua 12 do Parque da Figueira que tem início na Rua 24 e termina na Rua 26.
- 231 — SÃO PEDRO DO TURVO, a Rua 13 do Parque da Figueira que tem início na Avenida Marginal e termina na Rua 26.
- 232 — VIRIRICA, a Rua 14 do Parque da Figueira que tem início na Rua 24 e termina na Rua 15.
- 233 — TANBAU, a Rua 44 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 25 e termina na Rua República Dominicana.
- 234 — TANABI, a Rua 46 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua República Dominicana e termina na Rua 26.
- 235 — VERA CRUZ, a Rua 45 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 25 e termina na Rua 28.
- 236 — VIRADOURO, a Rua 40 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 43 e termina na Rua 47.
- 237 — UBATUBA, a parte da Rua 48 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 25 e termina na Avenida 4.
- 238 — SANTA BRANCA, a Rua 71 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 47 e termina na Rua 48.
- 239 — SÃO BERNARDO DO CAMPO, a Rua 66 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 48 e termina na Avenida 6.
- 240 — SANTANA DO PARAIZO, a parte da Rua 48 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 47 e termina na Avenida 4.
- 241 — SÃO SEBASTIÃO, a Rua 67 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Avenida 4 e termina na Rua 68.
- 242 — SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, a Avenida 6 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Avenida 4 do mesmo arruamento.
- 243 — SÃO MANUEL, a Rua 68 do Jardim Nova Europa continuação na Avenida 6 e termina na Rua 70.
- 244 — SANTOS, a Rua 70 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 47 e termina na Rua 52.
- 245 — SÃO SIMÃO, a Rua 69 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Avenida 6 e termina na Rua 66.
- 246 — SANTO ANDRÉ, a Rua 51 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 66 e termina na Rua 73.
- 247 — SANTO ANTONIO DE ALEGRIA, a Rua 52 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Avenida 5 e termina na Rua 27 do Parque da Figueira.
- 248 — SÃO VICENTE, a Avenida 5 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Avenida 4 e termina na Avenida 6.
- 249 — SANTA IZABEL, a Rua 65 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 52 e termina na Avenida 6.
- 250 — SÃO BENTO DO SAPUCAÍ, a Rua 64 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 47.
- 251 — SANTO ANASTACIO, a Rua 63 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 52.
- 252 — SÃO MIGUEL ARCANJO, a Rua 25 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Avenida Estações Unidas.
- 253 — SÃO JOÃO DA BOA VISTA, a Rua 61 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 73.
- 254 — SÃO JOAQUIM DA BARRA, a Rua 60 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Rua 52 e termina na Avenida 6.
- 255 — SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, a Rua 55 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na confluência da Avenida 6 com a Rua 64.
- 256 — SANTA CRUZ DO RIO PARDO, a Rua 54 do Jardim Nova Europa continuação que tem início na Avenida 6.
- 257 — SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS, a via pública que abrange a Rua 62 do Parque da Figueira, e Rua 53 do Jardim Nova Europa continuação e que tem início na Avenida 6 do último arruamento.
- 258 — MACARAÍ, a Rua 3 da Vila Cura D'Arês que tem início no prolongamento da Rua da Abolição e termina na Rua 9, do mesmo arruamento.
- 259 — UBIRAMA, a Rua 7 da Chácara Baronesa que tem início na Rua 13 e termina na Rua 14.
- 260 — REGISTRO, a via que abrange a Rua 14 da Vila Lemos e Rua 12 da Chácara Baronesa tendo seu início na Rua 7 do último loteamento.
- 261 — PORTO FELIZ, a via que abrange a Rua 17 da Vila Lemos e Rua 11 da Chácara Baronesa e que tem início na Rua 7 do último loteamento.
- 262 — PINHAL, a Rua 10 da Chácara Baronesa que tem início na Rua 7 e termina na Rua 8 do mesmo arruamento.
- 263 — PORTO FERREIRA, a via pública que abrange a Rua 21 da Vila Lemos e Rua 9 da Chácara Baronesa tendo início na Rua 7 do último arruamento.
- 264 — PIRAJU, a Rua 2 do Jardim Leonor que tem início na Avenida Washington Luís e termina na Rua Artur Segurado.
- 265 — PIRAJUI, a Rua 1 do Jardim Leonor que tem início na Avenida Washington Luís e termina na Rua Artur Segurado.
- 266 — BARRA BONITA, a Avenida 2 do Jardim Proença continuação que tem início na Avenida Antonio Carlos Sales Junior e termina na Rua 13 do mesmo loteamento.
- 267 — MIRASSOL, a Rua conhecida por da "Adutora", do Jardim dos Oliveiras que tem início na Rua Antonio F. Paula Souza e termina na Rua da Abolição.
- 268 — MATAO, a Rua 5 do Jardim Sant'Ana que tem início na Rua Mato Grosso.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campinas, aos 9 de setembro de 1959.

JOSE NICOLAU LUDGERO MASELLI

Prefeito Municipal

ENGO. JOSÉ BENEDITO DE MELLO

Secretário de Obras e Serviços Públicos

Publicada no Departamento do Expediente da Prefeitura Municipal, em 9 de setembro de 1959.

ALVARO FERREIRA DA COSTA

Diretor

2713



SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

DATA DO ANIVERSÁRIO: 19 de março.

ORIGEM DO NOME: São José é o Santo a quem foi doado o patrimônio, principalmente da cidade. Rio Preto é o principal curso d'água da cidade.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA: O distrito foi criado pela lei n.º 4, de 21 de março de 1879. Por força da lei estadual n.º 294, datada de 19 de julho de 1894, o Município foi criado com a denominação de São José do Rio Preto e território desmembrado do de Jaboticabal, tendo sua sede recebido foros de cidade pela lei municipal n.º 20, de 6 de outubro de 1904. O município teve seu topônimo simplificado para Rio Preto pela lei estadual n.º 1.021, de 6 de novembro de 1906. Pelo Decreto-lei estadual n.º 14.334, de 30 de novembro de 1944, o Município e o distrito de Rio Preto voltaram a denominar-se São José do Rio Preto, passando de 1.ª e 2.ª zonas distritais e denominar-se 1.º e 2.º subdistritos. Assim o município de São José do Rio Preto ficou constituído dos seguintes distritos: o da sede, compreendendo os seguintes distritos 1.º e 2.º subdistritos, Borboleta, Guapiaçu, Engenheiro Schmidt, Talhado e Ipiguá. Em 1953 e 1959 perdeu respectivamente, os distritos de Borboleta e Guapiaçu, ficando daí em diante composto de 4 distritos: São José do Rio Preto (sede), Engenheiro Schmidt, Ipiguá e Talhado. A comarca de São José do Rio Preto foi criada por força da lei n.º 903, de 9 de junho de 1904.

HISTÓRICO: Na segunda metade do século XIX surgiu a civilização nas terras do atual Município de São José do Rio Preto, quando João Bernardino de Seixas Ribeiro ergueu a primeira casa no local da atual cidade, razão por que muitos apontaram como o fundador da mesma. Pesquisadores da vida do Município conferem, no entanto a glória deste fato a diversos cidadãos, surgindo assim, várias versões. Uma das mais esclarecedoras é a de Abílio Abrunhosa Cavalheiro e Paulo Laurito, em uma publicação de 1929, onde diz "...depreende-se que os verdadeiros fundadores de Rio Preto foram Luis Antônio da Silveira e João Bernardino de Seixas Ribeiro. Embora um outro tenha chegado às cercanias da cidade em épocas diferentes, o que é que, se um descobriu e firmou os lineamentos do patrimônio, o outro veio e edificou a primeira casa, dando a mata selvagem, impregnada de índios e animais ferozes, o primeiro sopro de vida civilizada". Robustecendo e consolidando a tese que apresenta João Bernardino como detentor da honra de iniciador do povoamento local coadjuvado por Antônio da Silveira, os arquivos da cidade registram notas esclarecedoras, quando informam que, em 1852, foi fundada a cidade de São José do Rio Preto, por João Bernardino de Seixas Ribeiro, não podendo fixar dia preciso do ano, vindo a aliar-se mais tarde ao cidadão Luis Antônio da Silveira, e tomando posse de todos os terrenos da região, então denominado arraial de São José do Rio Preto. Visconde de Taunay, quando de sua estada no arraial, em julho de 1869, hospedou-se na casa que Bernardino construíra em 1861, em substituição à primitiva, dizendo entre outras coisas, no seu livro Viagens de Outrora: "Há uma igreja em construção e cremos que por muitos anos fique nesse estado quando não se arruine totalmente".

O progresso surgiu com a proximidade dos trilhos da estrada de ferro. Na data histórica de 9 de junho de 1912, o povo rio-pretense passou a usufruir dos benefícios de uma ferrovia, com a inauguração em suas terras, do tráfego da Estrada de Ferro Araraquara. Hoje Rio Preto é centro dominante da extensa e rica zona da Alta Araraquara, colocando-se com o seu progresso social e econômico, entre os mais adiantados municípios de São Paulo.

FUNDADORES: Casal Bernardino de Seixas Ribeiro.

DATA DA FUNDAÇÃO: Ano de 1850.

ÁREA: 586 km².

ALTITUDE: 475 m.

LIMITES: Bady Bassit, Cedral, Mirassol, Mirassolândia, Onda Verde, Nova Granada e Bálamo.

CLIMA: Tropical, com chuvas de dezembro a março.

ATIVIDADES ECONÔMICAS: Agricultura com café, milho, arroz, amendoim, algodão, laranja e frutas como abacaxi, tangerina, banana e outros.

TOPOGRAFIA: Terreno plano, levemente ondulado.

POPULAÇÃO: 121.960 habitantes em 1970.

FERROVIA: FEPASA (EFA).

DISTÂNCIA: 544 km da capital.

RODOVIA: SP-330 e SP-310.

DISTÂNCIA: 437 km da capital.

AVIAÇÃO: A 2.500 m. da cidade, direção SE.

Progresso e lendas em 71 anos de SJ do Rio Preto

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 20. (Do enviado especial) — São José do Rio Preto, com os seus 115 mil habitantes e um orçamento municipal de 2,9 bilhões de cruzeiros, com seus edifícios que lhe dão ares de metrópole, tem apenas 71 anos de vida politico-administrativa autonoma.

Foi elevada à categoria de município aos 19 de julho de 1894. Do que foi e o que é, só tem um traço comum: o espírito empreendedor de seus habitantes que o tempo, ao invés de enfraquecer, re- vigorou.

No exercício de 1964, a contribuição dos riopretenses para os cofres municipal, estadual e federal, foi de Cr\$ 5.942.566.500, sendo Cr\$ 970.411.468 para a União, Cr\$ 3.713.876.833 para o Estado e Cr\$ 1.258.278.198 para o município.

No corrente exercício, até 5 deste mês, a arrecadação municipal já atingia a 1,5 bilhão de cruzeiros. No ano passado, a média diária de construção foi superior a 2 prédios e, em 1965, a média deverá ser de 3 prédios por dia. Construíram-se, no último ano, 332 prédios terreos, 33 de 2 andares, 6 de 3 andares, 5 de 11 e um outro de 16 andares.

Com 21 estabelecimentos bancários, quatro Caixas Econômicas, 369 indústrias e 1.311 casas comerciais, São José do Rio Preto possui 2.822 automóveis, 1.289 caminhões e 122 ônibus. No setor cultural, as estatísticas também engrandecem o município, pois conta com 112 estabelecimentos de ensino primário, 10 de ensino médio e 2 de ensino superior. Conta, ainda, com 6 cinemas, 3 jornais diários, 2 revistas, 4 estações de radio-difusão, além de 2 bibliotecas e 3 associações culturais.

Dispõe de moderno serviço de abastecimento de água potável, extensa rede de esgotos e serviço telefônico automático com 3.492 aparelhos instalados. A cidade é quase inteiramente pavimentada, com ruas largas e retas, com elogiado serviço de policiamento de trânsito.

Dada a sua privilegiada situação geográfica, São José do Rio Preto constituiu-se em importante centro comercial, desde quando era «boca de sertão». Hoje, com os trilhos da EF Araraquarense chegando até as barrancas do rio Paraná, sua influência comercial estende-se a Mato Grosso, Triângulo Mineiro e Sul de Goiás.

Ali se realizam grandes negócios de gado para corte, tanto de Mato Grosso, quanto de sua própria pecuária. Igualmente próspera é sua agricultura, atualmente bastante diversificada.

HISTORICO

A história de São José do Rio Preto é uma das mais impressionantes dos municípios paulistas. Segundo seus historiadores, os primitivos povoadores da região procederam de Minas Gerais, de onde emigraram para se livrarem das perseguições políticas consequentes da revolução de 1842, que convulsionou a então província mineira.

A terra era fértil, bem servida de águas e sendo sertão, não tinha dono. Ali foram se estabelecendo como posseiros. Dentre os primeiros,

apontam-se os irmãos Joaquim e José Gonçalves de Sousa. Essa sociedade em formação, apresentou-se dispersa, incoerente, revolta, girando em torno da posse de terras. Somente em 1852 foi construída a primeira casa no patrimônio de São José do Rio Preto. Atribui-se tal iniciativa a João Bernardino de Seixas Ribeiro. Em torno dessa casa de pau-a-pique, coberta de sapé, surgiram novas moradias, e também a capela.

Criado o curato de São José do Rio Preto, varios parocos foram nomeados em comissão, mas nenhum deles se atreveu a tomar posse do cargo, temendo as agruras do sertão. Somente em 1875 lá chegou o primeiro vigário, o padre português José Bento da Costa. O primeiro serviço publico a cidade ganhou em 1885, quando foi criado o serviço de correio, ligando-a a Araraquara, a mais de 30 leguas de distancia, feito a cavalo.

Os carros de bois que as percorriam, levando produtos da lavoura e trazendo tecidos e sal, demoravam cerca de dois meses na viagem de ida e volta.

No dia 19 de julho de 1894, o distrito de São José do Rio Preto foi elevado à categoria de município e 10 anos depois, no dia 7 de junho de 1894, pela lei n.º 903, tornou-se sede de comarca, a qual se instalou festivamente no dia 5 de outubro do mesmo ano, tendo como seu primeiro juiz de Direito o dr. Antonio de Sousa Barros.

ESTRADA DE FERRO

A inauguração do trafego da EF Araraquarense deu maior impulso à florescente cidade. A «Maria Fumaça», encurtando distancia, aumentou o seu comercio, sua agricultura e a sua pecuaria. São ainda as estatísticas que atestam esse progresso. Em 1912, a receita municipal era de 100 contos de réis. Com o funcionamento regular da estrada de ferro, essa receita começou a crescer de ano para ano, passando a 138 contos de réis em 1913; a 165 contos em 1914; a 179 em 1915; a 255 em 1916; a 320 em 1917; a 430 em 1918 e a 470 contos de réis em 1919. No ano passado, na antiga denominação monetaria, a receita municipal subiu a 1.258.278 contos de réis.

O desenvolvimento de São José do Rio Preto não custou apenas suor. Exigiu também a contribuição de sangue. Primeiramente, eram os índios. Depois, os facinoras contratados para fazer o «serviço». Era o primado do 33. Boca de sertão, São José do Rio Preto teve os seus grandes pistoleiros, agéis no gatilho, certos na pontaria, irios na execução do «serviço». Mas ninguém matava para roubar.

São José do Rio Preto, além de bandidos, também teve uma «santa». Foi a «santa» Idalina. Durante a seca que castigou a região em 1905, Idalina dizia ver nas águas de um pequeno correjo que cortava o sítio Santa Barbara, a figura de Nossa Senhora Aparecida. De videntes

passou a profetisa. Seus vaticínios eram terríveis. Além do castigo da seca — ameaçava Idalina — São José do Rio Preto e toda a região em volta, num raio de sete leguas, afundariam terra dentro, tragados pelo Inferno. Somente o sítio Santa Barbara seria poupado. Daí, criou-se um arraial sob a proteção de Idalina, formado de cabanas precarissimas, onde se abrigavam em terrível promiscuidade, moradores da redondeza que chegavam tangidos pelo temor do cataclismo anunciado. Quando a crendice chegava ao auge, veio a desilusão: Idalina, desapareceu num belo dia. Fugira na garupa de um mulato pelo qual se enamorara embrenhando-se no sertão.

No fim do século, por volta de 1898, os sirio-libaneses começaram a dominar o comercio local. Começando como mascates, os «turcos», como eram chamados, passaram a estabelecer-se com casa comercial, em prédio proprio, que mandavam construir, contribuindo desse modo para o progresso da cidade. Mas, os jacobinos não os viam com bons olhos. E, na sessão da Camara Municipal de 3 de junho de 1906, foi apresentada uma indicação no sentido de que se estabelecesse a multa de 10 mil réis a todos os turcos que fallar na lingua turca, perto de um brasileiro, multa essa pagavel «na boca do cofre municipal». A indicação ainda atribuiu multa identica a «todo o brasileiro que ouvir elles fallando e não der parte».

Em materia de posturas municipais, a historia de São José do Rio Preto guarda aliás, muita coisa pitoresca. Criou-se, por exemplo, o imposto do fogão. Era um tributo «sui generis», mas justificavel quanto ao seu objetivo: todo o chefe de familia devia contribuir com 2 mil réis para um fundo de assistência medica.

Mora em São José do Rio Preto, com 79 anos de idade, da Avelina Gonçalves Diniz, neta do fundador da cidade. Digna descendente dos intrepidos povoadores da região, herdou de seu avô João Bernardino de Seixas Ribeiro o caracter forte, o espirito de iniciativa, a capacidade realizadora. Nascida e criada em São José do Rio Preto, casou-se muito jovem e com apenas 21 anos de idade enviuvou, quando assumiu sozinha a educação de três filhos pequenos. Ela narra as grandes lutas, que travou e as demandas de terra que venceu, como a da Fazenda Macacos, a que se refere com orgulho. Além de atividades agricolas, também envolveu-se em empreendimentos industriais, possuindo olaria, serraria, maquinas de beneficiar café e arroz, moinho de fubá. E sem falsa modestia, diz com satisfação de suas contribuições nos campos social, religioso e mesmo politico. Ainda como seu avô, que afirmava estar São José do Rio Preto fadada a ser uma grande cidade, da Avelina está convicta de que o progresso de seu município continuará.



Progresso e lendas em 71 anos de SJ do Rio Preto



SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 20 (Do enviado especial) — São José do Rio Preto, com os seus 115 mil habitantes e um orçamento municipal de 2,9 bilhões de cruzeiros, com seus edifícios que lhe dão ares de metrópole, tem apenas 71 anos de vida político-administrativa autônoma.

Foi elevada à categoria de município aos 19 de julho de 1894. Do que foi e o que é, só tem um traço comum: o espírito empreendedor de seus habitantes que o tempo, ao invés de enfraquecer, reavivou.

No exercício de 1964, a contribuição dos riopretenses para os cofres municipal, estadual e federal, foi de Cr\$ 5.942.566.500, sendo Cr\$ 970.411.463 para a União, Cr\$ 3.713.876.833 para o Estado e Cr\$ 1.258.278.198 para o município.

No corrente exercício, até a deste mês, a arrecadação municipal já atingia a 1,5 bilhão de cruzeiros. No ano passado, a média diária de construção foi superior a 2 prédios e, em 1965, a média deverá ser de 3 prédios por dia. Construíram-se, no último ano, 832 prédios terços, 33 de 2 andares, 6 de 3 andares, 5 de 11 e um outro de 16 andares.

Com 21 estabelecimentos bancários, quatro Caixas Econômicas, 369 indústrias e 1.311 casas comerciais, São José do Rio Preto possui 2.822 automóveis, 1.289 caminhões e 122 ônibus. No setor cultural, as estatísticas também engrandecem o município, pois conta com 112 estabelecimentos de ensino primário, 10 de ensino médio e 2 de ensino superior. Conta, ainda, com 6 cinemas, 3 jornais diários, 2 revistas, 4 estações de radio-difusão, além de 2 bibliotecas e 3 associações culturais.

Dispõe de moderno serviço de abastecimento de água potável, extensa rede de esgotos e serviço telefônico automático com 3.492 aparelhos instalados. A cidade é quase inteiramente pavimentada, com ruas largas e retas, com elogiável serviço de policiamento de trânsito.

Dada a sua privilegiada situação geográfica, São José do Rio Preto constituiu-se em importante centro comercial, desde quando era «boca de sertão». Hoje, com os trilhos da EF Araraquarense chegando até as barrancas do rio Paraná, sua influência comercial estende-se a Mato Grosso, Triângulo Mineiro e Sul de Goiás.

Ali se realizam grandes negócios de gado para corte, tanto de Mato Grosso, quanto de sua própria pecuária. Igualmente próspera é sua agricultura, atualmente bastante diversificada.

HISTÓRICO

A história de São José do Rio Preto é uma das mais impressionantes dos municípios paulistas. Segundo seus historiadores, os primitivos povoadores da região procederam de Minas Gerais, de onde emigraram para se livrarem das perseguições políticas consequentes da revolução de 1842, que convulsionou a então província mineira.

A terra era fértil, bem servida de águas e sendo sertão, não tinha dono. Ali foram-se estabelecendo como posseiros. Entre os primeiros,

apontam-se os irmãos Joaquim e José Gonçalves de Sousa. Essa sociedade em formação, apresentava-se dispersa, incoerente, revolta, girando em torno da posse de terras. Somente em 1852 foi construída a primeira casa no patrimônio de São José do Rio Preto. Atribui-se tal iniciativa a João Bernardino de Seixas Ribeiro. Em torno dessa casa de pau-a-pique, coberta de sapé, surgiram novas moradias, e também a capela.

Criado o curato de São José do Rio Preto, vários parocos foram nomeados em comissão, mas nenhum deles se atreveu a tomar posse do cargo, temendo as agruras do sertão. Somente em 1875 lá chegou o primeiro vigário, o padre português José Bento da Costa. O primeiro serviço público a cidade ganhou em 1885, quando foi criado o serviço de correio, ligando-a a Araraquara, a mais de 30 leguas de distância, feito a cavalo.

Os carros de bois que as percorriam, levando produtos da lavoura e trazendo tecidos e sal, demoravam cerca de dois meses na viagem de ida e volta.

No dia 19 de julho de 1894, o distrito de São José do Rio Preto foi elevado à categoria de município e 10 anos depois, no dia 7 de junho de 1894, pela lei n.º 903, tornou-se sede de comarca, a qual se instalou festivamente no dia 5 de outubro do mesmo ano, tendo como seu primeiro juiz de Direito o dr. Antonio de Sousa Barros.

ESTRADA DE FERRO

A inauguração do trafego da EF Araraquarense deu maior impulso à florescente cidade. A «Maria Fumaça», encurtando distância, aumentou o seu comércio, sua agricultura e a sua pecuária. São ainda as estatísticas que atestam esse progresso. Em 1912, a receita municipal era de 100 contos de réis. Com o funcionamento regular da estrada de ferro, essa receita começou a crescer de ano para ano, passando a 138 contos de réis em 1913; a 165 contos em 1914; a 179 em 1915; a 255 em 1916; a 320 em 1917; a 430 em 1918 e a 470 contos de réis em 1919. No ano passado, na antiga denominação monetária, a receita municipal subiu a 1.258.278 contos de réis.

O desenvolvimento de São José do Rio Preto não custou apenas suor. Exigiu também a contribuição de sangue. Primeiramente, eram os índios. Depois, os facinoras contratados para fazer o «serviço». Era o primado do 33. Boca de sertão, São José do Rio Preto teve os seus grandes pistoleiros, agéis no gatilho, certeiros na pontaria, frios na execução do «serviço». Mas ninguém matava para roubar.

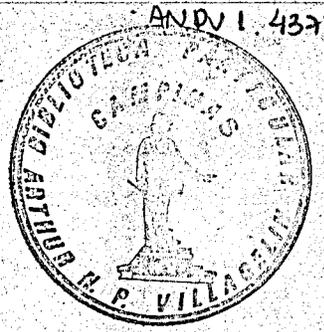
São José do Rio Preto, além de bandidos, também teve uma «santa». Foi a «santa» Idalina. Durante a seca que castigou a região em 1905, Idalina dizia ver nas águas de um pequeno correjo que cortava o sítio Santa Barbara, a figura de Nossa Senhora Aparecida. De vidente

passou a profetisa. Seus vaticínios eram terríveis. Além do castigo da seca — ameaçava Idalina — São José do Rio Preto e toda a região em volta, num ralo de sete leguas, afundariam terra dentro, tragados pelo Inferno. Somente o sítio Santa Barbara seria poupado. Daí, criar-se um arraial sob a proteção de Idalina, formado de cabanas precaríssimas, onde se abrigavam em terrível promiscuidade, moradores da redondeza que chegavam tangidos pelo temor do cataclismo anunciado. Quando a crendice chegava ao auge, veio a desilusão: Idalina, desapareceu num belo dia. Fugira na garupa de um mulato pelo qual se enamorara embrenhando-se no sertão.

No fim do século, por volta de 1898, os sirio-libaneses começaram a dominar o comércio local. Começando como mascates, os «turcos», como eram chamados, passaram a estabelecer-se com casa comercial, em predio próprio, que mandavam construir, contribuindo desse modo para o progresso da cidade. Mas, os jacobinos não os viam com bons olhos. E, na sessão da Câmara Municipal de 3 de junho de 1906, foi apresentada uma indicação no sentido de que se estabelecesse a multa de 10 mil réis a «todos os turcos que fallar na lingua turca perto de um brasileiro», multa essa pagavel «na boca do cofre municipal». A indicação ainda atribuía multa idêntica a «todo o brasileiro que ouvir elles fallando e não der parte».

Em matéria de posturas municipais, a história de São José do Rio Preto guarda aliás, muita coisa pitoresca. Criou-se, por exemplo, o imposto do fogão. Era um tributo «sui generis», mas justificavel quanto ao seu objetivo: todo o chefe de família devia contribuir com 2 mil réis para um fundo de assistência médica.

Mora em São José do Rio Preto, com 79 anos de idade, da Avelina Gonçalves Diniz, neta do fundador da cidade. Digna descendente dos intrepidos povoadores da região, herdou de seu avô João Bernardino de Seixas Ribeiro o caráter forte, o espírito de iniciativa, a capacidade realizadora. Nascida e criada em São José do Rio Preto, casou-se muito jovem e com apenas 21 anos de idade enviuvou, quando assumiu sozinho a educação de três filhos pequenos. Ela narra as grandes lutas, que travou e as demandas de terra que venceu, como a da Fazenda Macacos, a que se refere com orgulho. Além de atividades agrícolas, também envolveu-se em empreendimentos industriais, possuindo olaria, serraria, máquinas de beneficiar café e arroz, moinho de fubá. E sem falsa modestia, diz com satisfação de suas contribuições nos campos social, religioso e mesmo político. Ainda como seu avô, que afirmava estar São José do Rio Preto fadada a ser uma grande cidade, da Avelina está convicta de que o progresso de seu município continuará.



SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

DATA DO ANIVERSÁRIO: 19 de março.

ORIGEM DO NOME: São José é o Santo a quem foi doado o patrimônio, principalmente da cidade. Rio Preto é o principal curso d'água da cidade.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA: O distrito foi criado pela lei n.º 4, de 21 de março de 1879. Por força da lei estadual n.º 294, datada de 19 de julho de 1894, o Município foi criado com a denominação de São José do Rio Preto e território desmembrado do de Jaboticabal, tendo sua sede recebido foros de cidade pela lei municipal n.º 20, de 6 de outubro de 1904. O município teve seu topônimo simplificado para Rio Preto pela lei estadual n.º 1.021, de 6 de novembro de 1906. Pelo Decreto-lei estadual n.º 14.334, de 30 de novembro de 1944, o Município e o distrito de Rio Preto voltaram a denominar-se São José do Rio Preto, passando de 1.ª e 2.ª zonas distritais e denominar-se 1.º e 2.º subdistritos. Assim o município de São José do Rio Preto ficou constituído dos seguintes distritos: o da sede, compreendendo os seguintes distritos 1.º e 2.º subdistritos, Borboleta, Guapiaçu, Engenheiro Schimidt, Talhado e Ipiгуá. Em 1953 e 1959 perdeu respectivamente, os distritos de Borboleta e Guapiaçu, ficando daí em diante composto de 4 distritos: São José do Rio Preto (sede), Engenheiro Schimidt, Ipiгуá e Talhado. A comarca de São José do Rio Preto foi criada por força da lei n.º 903, de 9 de junho de 1904.

HISTÓRICO: Na segunda metade do século XIX surgiu a civilização nas terras do atual Município de São José do Rio Preto, quando João Bernardino de Seixas Ribeiro ergueu a primeira casa no local da atual cidade, razão por que muitos apontaram como o fundador da mesma. Pesquisadores da vida do Município conferem, no entanto a glória deste fato a diversos cidadãos, surgindo assim, várias versões. Uma das mais esclarecedoras é a de Abilio Abruñhosa Cavalheiro e Paulo Laurito, em uma publicação de 1929, onde diz "...depreende-se que os verdadeiros fundadores de Rio Preto foram Luis Antônio da Silveira e João Bernardino de Seixas Ribeiro. Embora um outro tenha chegado às cercanias da cidade em épocas diferentes, o que é que, se um descobriu e firmou os lineamentos do patrimônio, o outro veio e edificou a primeira casa, dando a mata selvagem, impregnada de índios e animais ferozes, o primeiro sopro de vida civilizada". Robustecendo e consolidando a tese que apresenta João Bernardino como detentor da honra de iniciador do povoamento local coadjuvado por Antônio da Silveira, os arquivos da cidade registram notas esclarecedoras, quando informam que, em 1852, foi fundada a cidade de São José do Rio Preto, por João Bernardino de Seixas Ribeiro, não podendo fixar dia preciso do ano, vindo a aliar-se mais tarde ao cidadão Luis Antônio da Silveira, e tomando posse de todos os terrenos da região, então denominado arraial de São José do Rio Preto. Visconde de Taunay, quando de sua estada no arraial, em julho de 1869, hospedou-se na casa que Bernardino construíra em 1861, em substituição à primitiva, dizendo entre outras coisas, no seu livro Viagens de Outrora: "Há uma igrejinha em construção e cremos que por muitos anos fique nesse estado quando não se arruine totalmente".

O progresso surgiu com a proximidade dos trilhos da estrada de ferro. Na data histórica de 9 de junho de 1912, o povo rio-pretense passou a usufruir dos benefícios de uma ferrovia, com a inauguração em suas terras, do tráfego da Estrada de Ferro Araraquara. Hoje Rio Preto é centro dominante da extensa e rica zona da Alta Araraquara, colocando-se com o seu progresso social e econômico, entre os mais adiantados municípios de São Paulo.

FUNDADORES: Casal Bernardino de Seixas Ribeiro.

DATA DA FUNDAÇÃO: Ano de 1850.

ÁREA: 586 km².

ALTITUDE: 475 m.

LIMITES: Bady Bassit, Cedral, Mirassol, Mirassolândia, Onda Verde, Nova Granada e Bálamo.

CLIMA: Tropical, com chuvas de dezembro a março.

ATIVIDADES ECONÔMICAS: Agricultura com café, milho, arroz, amendoim, algodão, laranja e frutas como abacaxi, tangerina, banana e outros.

TOPOGRAFIA: Terreno plano, levemente ondulado.

POPULAÇÃO: 121.960 habitantes em 1970.

FERROVIA: FEPASA (EFA).

DISTÂNCIA: 544 km da capital.

RODOVIA: SP-330 e SP-310.

DISTÂNCIA: 437 km da capital.

AVIAÇÃO: A 2.500 m. da cidade, direção SE.